

## MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES

## Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

## Ativo

	NE	2017	2016
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.484	1.816
Contas a receber	4	7.566	4.525
Estoques	5	237	344
Outras contas a receber		135	98
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>10.422</b>	<b>6.783</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Partes relacionadas	6	-	387
Depósitos judiciais	7	-	16
Imobilizado	8	-	90
Intangível	8	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>493</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>10.422</b>	<b>7.276</b>

## Passivo

	NE	2017	2016
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	9	3.069	386
Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.166	842
Obrigações fiscais	11	29	23
Outras obrigações	12	1	48
Partes relacionadas	6	2.376	2.617
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>6.641</b>	<b>3.916</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Outras obrigações	12	-	194
Provisões para rescisões trabalhistas	13	-	449
Provisão para encargos INSS - Cebas	14	3.781	2.717
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.781</b>	<b>3.360</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>10.422</b>	<b>7.276</b>

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Das atividades operacionais</b>		
(Déficit) do exercício	(4.116)	(110)
<b>Ajustes para reconciliar o (déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	18	123
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	85	-
Provisão para rescisões trabalhistas	(449)	(333)
Provisão para encargo INSS - Cebas	1.064	1.838
	<b>(3.398)</b>	<b>1.518</b>
<b>Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	1.075	2.576
Estoques	107	85
Outras contas a receber	(37)	(81)
Partes relacionadas	146	(852)
Depósitos judiciais	16	(16)
Fornecedores	2.683	(701)
Obrigações sociais e trabalhistas	324	(227)
Obrigações fiscais	6	(23)
Outras obrigações	(241)	(835)
<b>Caixa gerado (aplicado) nas atividades</b>	<b>681</b>	<b>1.444</b>
<b>Das atividades de investimento</b>		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(13)	(46)
<b>Caixa</b>	<b>(13)</b>	<b>(46)</b>
<b>(Diminuição)/aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>668</b>	<b>1.398</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	1.816	418
No final do exercício	2.484	1.816
<b>(Diminuição)/aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>668</b>	<b>1.398</b>

## Demonstrações do superávit (déficit)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	NE	2017	2016
<b>Receita de serviços</b>		<b>22.863</b>	<b>18.535</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>	16	<b>(22.608)</b>	<b>(16.680)</b>
<b>Superávit bruto</b>		<b>255</b>	<b>1.855</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	17	(4.350)	(1.963)
Receitas financeiras		26	35
Despesas financeiras		(47)	(47)
<b>(Déficit) do exercício</b>		<b>(4.116)</b>	<b>(110)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES - MNSL**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)**

**1. Informações gerais**

O Instituto de Gestão e Humanização – IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

Através de decisão dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração do IGH, em 01 de setembro de 2014 foi criada uma filial na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a qual se encontra sediada na Av. Fuadi Rassi esquina com Rua 02, nº 541, quadra 11, lote 11/12, sala 13, Setor Nova Vila, com registro no CNPJ sob o. nº 11.858.570/0005-67. Esta filial teve a sua gestão transferida para o Instituto de Gestão e Humanização (IGH), em virtude da integração desta unidade ao Hospital Materno Infantil – HMI, operada pelo Decreto nº 7.807, de 21 de fevereiro de 2013.

Este contrato de gestão possui prazo original de doze meses e valor global estimado em R\$ 12.804, o qual vem sendo renovado anualmente.

O quarto termo aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por doze meses, com início em 29 de junho de 2017 e término em 28 de junho de 2018, com o valor global estimado em R\$ 27.287.

Conforme consta do contrato de gestão, a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do mesmo e, por esta razão, a Administração decidiu não reconhecer como perda patrimonial os déficits provisórios apurados até o momento.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit.

Em 15 de abril de 2015 o IGH teve deferido seu pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de 3 anos a contar da data de Publicação no Diário Oficial. Com a obtenção do certificado o Instituto e, conseqüentemente, os contratos sob a sua gestão foram beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

**2. Resumo das principais práticas contábeis**

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016, abrangem apenas as operações da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNSL sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização-IGH.

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contato de gestão de uma Entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da SES-GO que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares. Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido. Considerando-se que a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do contrato, o superávit (déficit) acumulado até a data do balanço é reconhecido numa conta de passivo (se superávit a ser devolvido ao contratante) ou de ativo (se déficit a ser ressarcido pelo contratante), até que ocorra a sua realização financeira.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 23 de março de 2018.

**2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

**2.3. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

**2.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**2.5. Contas a receber**

Representa o saldo de repasses mensais a receber e déficits acumulados dos exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos.

Conforme definido no contrato com a SES/GO essa operação não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora. Dessa forma, os déficits acumulados não foram reconhecidos como perda patrimonial na expectativa de que serão reembolsados.

**2.6. Estoques**

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

**2.7. Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

**2.8. Demais passivos circulantes e não circulantes**

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

**2.9. Provisão para encargos trabalhistas INSS - CEBAS**

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do superávit (déficit) do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Ainda que não liquidada financeiramente a provisão dos valores correspondentes à isenção previdenciária não é acrescida da incidência de encargos de mora, na expectativa de que estas provisões não serão liquidadas porque o IGH, na qualidade de entidade filantrópica de assistência à saúde goza do benefício da sua isenção.

**2.10. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

**2.11. Reconhecimento de receitas e custos – apuração do superávit (déficit)**

O superávit (déficit) de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação da MNSL não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o superávit ou o (déficit) apurado é reconhecido numa conta de passivo ou de ativo, respectivamente, até que ocorra a sua realização financeira.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	2.071	315
Aplicações financeiras	413	1.501
	<u><b>2.484</b></u>	<u><b>1.816</b></u>

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplica-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.

**4. Contas a receber**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Repasse de custeio (i)	1.115	49
Repasse de ressarcimento (ii)	3.916	3.916
Direito de execução de contrato (ii)	2.535	560
	<u><b>7.566</b></u>	<u><b>4.525</b></u>

(i) Refere-se ao valor dos repasses mensais dos contratos de gestão ainda não recebidos do órgão público contratante.

(ii) Representa os déficits apurados nas operações dos contratos de gestão quando já negociados e reconhecidos em acordos específicos com o órgão público contratante. Através deste crédito é reconhecido o direito de a Entidade receber por serviços executados em volume e/ou valor maior do que o efetivamente contratado.

(iii) Representa os déficits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos ou cujas negociações ainda não foram efetivadas até 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está assim demonstrada:

	Repasse de custeio	Repasse de ressarcimento	Direito de execução de contrato	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>49</b>	<b>3.916</b>	<b>560</b>	<b>4.525</b>
Faturamento	25.596	-	(2.733)	<b>22.863</b>
Recebimento de recursos	(14.721)	-	-	<b>(14.721)</b>
Glosas	(7.191)	-	-	<b>(7.191)</b>
Apuração de resultado (meses com prejuízo)	(1.698)	-	5.814	<b>4.116</b>
Ajuste de repasse de custeio	(1.050)	-	1.050	-
Ajuste de contas a receber	1.173	-	(1.173)	-
Baixa do saldo – Diversos	(1.043)	-	(983)	<b>(2.026)</b>
<b>Saldo final</b>	<u><b>1.115</b></u>	<u><b>3.916</b></u>	<u><b>2.535</b></u>	<u><b>7.566</b></u>



**5. Estoques**

	2017	2016
Medicamentos	50	39
Material médico hospitalar	111	94
Materiais de limpeza	19	15
Materiais de expediente	26	22
Materiais diversos e outros	31	174
	<b>237</b>	<b>344</b>

**6. Partes relacionadas**

<b>Ativo</b>		2017	2016
Hospital Materno Infantil - HMI		-	272
Hospital de Urgência de Aparecida de Goiânia - HUAPA		-	115
		-	<b>387</b>
<b>Passivo</b>		2017	2016
Hospital Materno Infantil - HMI		2.376	2.617
		<b>2.376</b>	<b>2.617</b>

Referem-se a empréstimos entre unidades administradas pelo IGH. Tais recursos, visaram liquidar compromissos vitais a operação da unidade e estão relacionados a pagamentos de salários e encargos sociais, além de fornecimento de materiais e serviços. Estes empréstimos não estão sujeitos a atualização monetária e incidência de juros.

**7. Depósitos judiciais**

Em 31 de dezembro de 2016 os saldos apresentados em depósitos judiciais representavam os valores correspondentes ao PIS sobre folha de pagamento das competências de maio a julho de 2016. A Administração da Entidade parou de efetuar os recolhimentos por estar pleiteando na esfera judicial o benefício da isenção tributária da Contribuição Social, garantida as Entidades Portadora do Certificado das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Durante o exercício de 2017 os valores depositados em juízo foram baixados contabilmente, decorrente ao deferimento judicial.

**8. Imobilizado e Intangível**

<b>Imobilizado</b>		2017	2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	6
Máquinas e equipamentos		-	117
Móveis e utensílios		-	54
Equipamentos de informática		-	14
		-	<b>191</b>
Depreciação acumulada		-	(101)
		-	<b>90</b>
<b>Intangível</b>		2017	2016
Software e programas		-	46
		-	<b>46</b>
Amortização acumulada		-	(46)
		-	-

Os valores contabilizados como ativo imobilizado/intangível foram baixados em contrapartida da conta de subvenção a apropriar, no passivo não circulante. As aquisições de imobilizado/intangível com recursos do contrato devem incorporadas ao patrimônio do Estado de Goiás quando da finalização do Contrato de Gestão.

Adicionalmente, SES-GO cedeu, temporariamente, todos os ativos que se encontravam na MNSL para que o IGH dê continuidade na gestão/operacionalização do mesmo. Quando cedidos, foi apresentada pela SES-GO a relação de cada ativo existente por meio de controle patrimonial. Os ativos cedidos pela SES-GO estão controlados contabilmente em contas específicas de compensação, por valor simbólico.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6	-	(6)	-
Máquinas e equipamentos	117	3	(120)	-
Móveis e utensílios	54	10	(64)	-
Equipamentos de informática	14	-	(14)	-
	<b>191</b>	<b>13</b>	<b>(204)</b>	-
Depreciação acumulada	(101)	(18)	119	-
	<b>90</b>	<b>(5)</b>	<b>(85)</b>	-

A movimentação do ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Software e programas	46	-	(46)	-
	-	-	<b>(46)</b>	-
Amortização acumulada	(46)	-	46	-
	-	-	-	-

**9. Fornecedores**

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional da MNSL, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

**10. Obrigações sociais e trabalhistas**

	2017	2016
Provisões para férias	614	570
Salários e ordenados	353	-
IR sobre folha	64	60
FGTS a recolher	55	59
Encargos sobre férias	49	51
INSS a recolher	30	44
PIS s/ folha de pagamento	-	26
Outras	1	32
	<b>1.166</b>	<b>842</b>

**11. Obrigações fiscais**

	2017	2016
PIS/COFINS/CSLL a recolher	2	8
INSS a recolher – PJ	13	5
ISS a recolher	11	5
IRPF a recolher	3	5
	<b>29</b>	<b>23</b>

**12. Outras obrigações**

	2017	2016
Repasse de Recursos Retidos a Exec (a)	-	48
Estoque cedido (c)	-	179
Outras contas a pagar	1	15
	<b>1</b>	<b>242</b>
Circulante	1	48
Não circulante	-	194
	<b>1</b>	<b>242</b>

(a) Referem-se à contrapartida de recursos aplicados em itens do ativo imobilizado/intangível que são apropriados ao resultado à medida que os ativos adquiridos são realizados através da depreciação, baixa ou transferência destes ativos. O saldo existente em 31 de dezembro de 2017 foi baixado, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

(b) Refere-se a estoque cedido pelo Estado quando do início do contrato de gestão, para que a Entidade desse continuidade à gestão da Maternidade. O saldo existente em 31 de dezembro de 2016 foi baixado integralmente.

**13. Provisão para rescisões trabalhistas**

Referem-se aos valores das provisões das verbas rescisórias dos funcionários alocados ao contrato de gestão, em decorrência deste contrato possuir prazo determinado para encerramento.

No exercício de 2017 esse saldo foi revertido para a conta de Direito de Execução de Contrato, considerando que essas verbas rescisórias passarão a ser responsabilidade da SES-GO.

**14. Provisão para encargo INSS - Cebas**

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização – IGH, em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS SAÚDE.

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS SAÚDE, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente através da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso). O IGH obteve o seu Certificado – CEBAS Saúde.

Embora entenda que os benefícios da imunidade tributária e de isenção de contribuições sociais também se aplicam aos contratos sob a sua gestão, a Administração do IGH optou por registrar as provisões dos encargos previdenciários (cota patronal do INSS), sem recolhe-los, até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde. Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

A movimentação do saldo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram a seguinte:

	2017	2016
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.717</b>	<b>879</b>
Provisão INSS - CEBAS	1.521	1.838
Reversão de provisão (i)	(457)	-
<b>Saldo final</b>	<b>3.781</b>	<b>2.717</b>

(i) Os valores de provisão foram recalculados e parte do saldo foi revertido para a conta de Direito de Execução de Contrato, vide nota explicativa nº4.

**15. Provisão para contingências**

A Entidade figura como ré em algumas demandas judiciais de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2017, não existiam processos classificados como de perda “Provável” pelos assessores jurídicos e nenhuma provisão foi constituída pela Administração. A Entidade possui ainda processos de natureza trabalhistas classificados pelos assessores jurídicos com expectativa de perda “Possível” no montante de R\$ 206 Mil.

**16. Custo dos serviços prestados**

	2017	2016
Medicamentos e materiais (a)	(900)	(1.875)



Pessoal (b)	(16.395)	(11.515)
Serviços prestados (c)	(5.313)	(3.290)
	<b>(22.608)</b>	<b>(16.680)</b>

(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Medicamentos	(185)	(183)
Materiais hospitalares	(447)	(333)
Gases hospitalares	(13)	(32)
Materiais de laboratório	(10)	(43)
Dietas enterais	(1)	(13)
Materiais de uso e consumo	(244)	(1.271)
	<b>(900)</b>	<b>(1.875)</b>

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Salários e ordenados	(3.939)	(3.377)
13º salário	(448)	(385)
Férias	(622)	(441)
Rescisões	(73)	(54)
Prêmios e gratificações	(128)	(161)
Horas extras	(222)	(344)
Glosa/custos ou despesas c/folha (i)	(8.246)	(3.805)
Adicionais	(638)	(559)
Vale transporte	(85)	(98)
FGTS	(549)	(491)
INSS - CEBAS (ii)	(1.521)	(1.838)
OUTROS	76	38
	<b>(16.395)</b>	<b>(11.515)</b>

(i) Para operacionalização do contrato de gestão foram cedidos funcionários estatutários da SES-GO para compor o quadro de pessoal da MNSL, e também foram mantidos contratos firmados com PJ cujos pagamentos continuaram sendo realizados pelo Estado. Por esse motivo, esses valores são deduzidos do repasse das subvenções mensais. Portanto, em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade do IGH/MNSL, pois em essência os mesmos trabalham e prestam serviços na MNSL e são remunerados/pagos com recursos provenientes do Contrato de Gestão.

(ii) Refere-se a cota patronal do INSS, vide nota explicativa nº 14.

(c) O saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Honorários médicos	(2.881)	(2.348)
Serviço de limpeza e higienização	(48)	(37)
Serviço de lavanderia	(290)	(26)
Serviço de segurança patrimonial	(441)	(397)
Serviço de laboratório e radioterapia	(38)	(31)
Serviço de nutrição	(1.385)	(264)
Serviço de engenharia clínica	(230)	(179)
Glosa Fornecedores SES	-	(8)
	<b>(5.313)</b>	<b>(3.290)</b>

**17. Despesas administrativas**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Serviços de manutenção	(2.535)	(363)
Serviços de processamento de dados	(182)	(207)
Serviços gerais	(1.063)	(799)
Aluguéis imóveis	(11)	(10)
Aluguéis gerais	(233)	(18)
Impostos e taxas	(64)	(12)
Serviços gerais	(230)	(431)
Depreciação e amortização	(32)	(123)
	<b>(4.350)</b>	<b>(1.963)</b>

**18. Seguros**

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos da MNSL, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Lucas Silva Carvalho  
Contador CRC BA 033770/O

Joel Sobral de Andrade  
Presidente